



# **CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, AÇÕES ESTRUTURANTES, ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Referência: 2ª Reunião do Olerj, ocorrida em Barra  
Mansa/RJ, em 2 de março de 2018

Jefferson Ricardo Ferreira Chaves  
Consultor Legislativo da Área XV  
Educação, Cultura e Desporto

**ESTUDO TÉCNICO**

**ABRIL DE 2018**

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2018 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal do(a) consultor(a).

## SUMÁRIO

1	EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	4
2	AÇÕES ESTRUTURANTES: EDUCAÇÃO EM CONEXÃO COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, SAÚDE E CULTURA.....	8
3	ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	13
3.1	Avaliação Nacional da Alfabetização.....	14
3.1.1.	<b>Leitura</b> em Língua Portuguesa.....	15
3.1.2	<b>Escrita</b> em Língua Portuguesa.....	17
3.1.3	Matemática .....	19
3.2	sistema de avaliação da educação básica.....	21
3.2.1	Saeb: português (leitura) e matemática na <b>rede pública municipal</b> ..	22
3.2.2	Saeb: Português (leitura) e Matemática na <b>rede pública estadual</b> ....	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28

O Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (OLERJ), criado pela Câmara dos Deputados<sup>1</sup>, além de fiscalizar o planejamento e o resultado das ações da intervenção, visa a estimular a elaboração de diagnósticos e propostas que solucionem os problemas diagnosticados e, nesse sentido, a educação deve ser elemento norteador de políticas públicas intersetoriais.

Este Estudo<sup>2</sup> representa mais um componente dos esforços realizados para contribuir, de modo sistêmico, no debate oriundo da intervenção federal decretada pelo Governo Federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. A referência para esta discussão foram os temas levantados na 2ª Reunião do Olerj, ocorrida no Município de Barra Mansa/RJ, em 2 de março de 2018, que teve como temática central a educação como direito fundamental e como elemento de combate à criminalidade.

Dos aspectos levantados no referido encontro<sup>4</sup>, destacamos três para desenvolvimento técnico neste Estudo: educação em tempo integral; aspectos estruturantes intersetoriais, como é o caso da conexão entre educação, cultura e esporte; e sistematização de dados para acompanhar a alfabetização e a aprendizagem dos estudantes da educação básica do Estado do Rio de Janeiro.

## **1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

---

A ampliação da oferta educacional em tempo integral se notabiliza a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) na qual se preceitua o progressivo aumento do período de permanência na escola (arts 34 e 87, 5º, da LDB). O Plano Nacional de Educação II (PNE - Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014) prevê na meta 6 o desafio de, até 2014, oferecer educação em tempo integral

---

<sup>1</sup> Ato da Mesa nº 217, de 21 de fevereiro de 2018.

<sup>2</sup> Agradecemos à equipe da Seção de Apoio à Pesquisa (Seape) da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em especial à servidora Bárbara Torres Vasconcelos, pela compilação dos microdados do Censo Escolar, ANA e Saeb.

<sup>3</sup> Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

<sup>4</sup> A síntese dos pontos abordados na 2ª Reunião do OLERJ está disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/estudos-e-pesquisas/estudos-da-consultoria-legislativa/Relatoda2ReuniodoOlerjBarraMansa.pdf>. Acesso em 23 fev. 2018.

em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

A implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) favoreceu a ampliação da jornada escolar no País e, de modo mais substancial, nos entes federativos com menor volume orçamentário e condições diminutas para a expansão de matrículas em tempo integral. A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, ao regulamentar o referido Fundo, estabeleceu aporte ampliado de recursos para as matrículas em tempo integral na educação básica.

A despeito de algumas críticas na literatura acerca da conceituação de educação integral, o Ministério da Educação (MEC) salienta que as concepções de educação integral “existentes até o momento, apesar de fundamentarem-se em princípios políticos-ideológicos diversos, mantêm tendências semelhantes em termos de atividades educativas, sempre alicerçadas na ampliação da jornada escolar”<sup>5</sup>. Nesse sentido, a meta 6 do PNE define a jornada em tempo integral como sendo igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.

Com o intuito de fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar, o Governo Federal instituiu o Programa *Mais Educação*. Entre as finalidades<sup>6</sup> do Programa destacam-se o apoio à ampliação do tempo e do espaço educativo; a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar; o incentivo à redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas visando a melhoria do rendimento e do aproveitamento escolar.

As avaliações realizadas sobre o cumprimento dos propósitos do *Mais Educação*<sup>7</sup> indicam que o Programa cumpriu o papel indutor de políticas de

---

<sup>5</sup> Fonte: BRASIL - MEC. **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral**: concepções e práticas na educação brasileira: mapeamento das experiências da jornada escolar ampliada no Brasil. Brasília: MEC, 2009. A título de exemplo, a discussão sobre educação integral e escola de tempo integral está presente em PEREIRA, Kátia dos Santos. **A retomada da educação integral em Brasília**: fiel à concepção original de Anísio Teixeira? Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Brasília, 2012.

<sup>6</sup> Art. 2º da Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007.

<sup>7</sup> A título de exemplo, citamos uma avaliação de larga escala conduzida pelo Banco Mundial e pela Fundação Itaú Social denominada **Relatório de Avaliação Econômica e Estudos Qualitativos**: o Programa Mais Educação.

educação integral, haja vista sua ampla cobertura em estados e municípios brasileiros. Entretanto, problemas relatados evidenciam as dificuldades de assessoramento técnico para o desenvolvimento de projetos e a necessidade de melhor formação dos profissionais da educação. No aspecto quantitativo, mediante análise no período de 2007 a 2011, em Relatório conduzido pelo Banco Mundial e pela Fundação Itaú Social, os impactos decorrentes da implantação do Programa foram, em média, estatisticamente não significativos nas taxas de abandono escolar. A descontinuidade orçamentária nos repasses de recursos para as escolas, ocorridos em 2014 e 2015, também prejudicaram a consecução das metas do *Mais Educação*.

Em 2016, o Governo Federal lançou o Programa *Novo Mais Educação*, instituído pela Portaria nº 1144, de 10 de outubro 2016, com enfoque mais específico, qual seja, a melhora na aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Por ser iniciativa recente, não há ainda estudos e avaliações sobre o impacto do *Novo Mais Educação*.

Outra iniciativa a se destacar é o *Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, lançado pelo MEC como parte da reforma dessa etapa da educação básica.

Em linhas gerais, mesmo com a crise econômica que afetou os municípios brasileiros, o crescimento do atendimento em tempo integral se manteve. Os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017 apontam que há, no Brasil, 65 mil escolas com ao menos um estudante em tempo integral. Houve também aumento significativo do número de matrículas, que ultrapassou os 6,6 milhões, o dobro do registrado quatro anos atrás. Apesar do incremento quantitativo, importa ressaltar que a implantação de projetos pedagógicos que contemplem de forma equilibrada as diferentes dimensões do desenvolvimento da criança e do adolescente continua sendo um premente desafio.

Na discussão ocorrida durante a **2ª Reunião do OLERJ**, vários relatos destacaram a importância da educação em tempo integral como

elemento de cidadania. A Tabela 1 apresenta as matrículas em tempo integral nas escolas públicas brasileiras da Educação Básica e por etapa de ensino.

**Tabela 1: Matrículas em tempo integral nas escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino. Brasil, 2015.**

Unidade da federação	Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
<b>BRASIL</b>	<b>16,7</b>	<b>6.616.931</b>	<b>28,7</b>	<b>1.616.576</b>	<b>21,9</b>	<b>2.807.341</b>	<b>16,4</b>	<b>1.729.253</b>	<b>6,3</b>	<b>441.145</b>
<b>Região Norte</b>	<b>16,1</b>	<b>737.700</b>	<b>7,6</b>	<b>40.060</b>	<b>24,2</b>	<b>406.022</b>	<b>21,1</b>	<b>250.768</b>	<b>5,0</b>	<b>36.633</b>
Rondônia	19,8	81.557	8,6	3.522	20,8	31.443	28,3	29.902	27,5	16.492
Acre	14,5	37.581	9,1	2.908	22,5	21.470	21,3	12.986	0,3	116
Amazonas	14,5	155.129	3,4	3.999	21,3	81.323	20,4	57.938	6,1	10.949
Roraima	3,9	5.120	4,5	689	6,7	3.194	0,7	249	3,7	803
Pará	15,6	331.032	58,5	178.895	16,8	115.169	5,2	29.706	1,6	6.711
Amapá	13,4	27.560	1,3	255	29,7	21.827	10,0	5.190	0,6	214
Tocantins	32,7	120.651	26,2	13.306	44,1	56.419	43,1	44.398	9,2	5.957
<b>Região Nordeste</b>	<b>22,1</b>	<b>2.634.658</b>	<b>13,5</b>	<b>207.369</b>	<b>33,8</b>	<b>1.277.304</b>	<b>28,6</b>	<b>914.734</b>	<b>11,3</b>	<b>223.436</b>
Maranhão	22,9	418.978	2,8	7.442	36,4	224.976	36,0	178.504	2,3	6.798
Piauí	21,2	166.118	2,1	2.276	32,5	80.492	37,1	71.309	8,5	10.801
Ceará	23,5	417.780	9,3	25.267	36,8	195.889	30,6	147.142	14,4	47.857
Rio Grande do Norte	16,8	324.136	48,0	115.993	18,7	121.376	14,0	75.132	3,1	10.695
Paraíba	24,7	199.608	30,1	29.214	39,0	97.635	26,8	57.294	12,8	14.229
Pernambuco	23,8	420.169	12,9	24.261	30,1	165.773	21,9	104.302	38,6	124.635
Alagoas	15,9	119.558	20,6	18.041	26,6	64.662	16,9	33.422	2,0	2.085
Sergipe	13,5	1.046.756	37,0	504.466	12,2	290.702	9,5	181.473	4,4	69.036
Bahia	22,8	701.876	23,8	88.136	35,1	341.726	30,3	255.474	2,7	13.409
<b>Região Sudeste</b>	<b>13,2</b>	<b>1.974.073</b>	<b>34,0</b>	<b>801.534</b>	<b>14,6</b>	<b>676.930</b>	<b>9,2</b>	<b>361.697</b>	<b>4,6</b>	<b>130.879</b>
Minas Gerais	12,3	480.144	30,1	152.644	17,9	217.411	8,1	93.346	2,2	15.647
Espírito Santo	10,6	83.076	14,0	20.987	14,6	36.903	11,6	22.468	2,2	2.520
Rio de Janeiro	19,3	132.291	6,6	6.805	33,9	71.987	29,7	52.088	0,7	806
São Paulo	13,3	58.280	11,4	5.927	22,7	34.164	12,4	15.199	4,2	2.816
<b>Região Sul</b>	<b>16,6</b>	<b>881.342</b>	<b>54,3</b>	<b>439.101</b>	<b>16,3</b>	<b>283.353</b>	<b>8,6</b>	<b>124.196</b>	<b>3,4</b>	<b>32.886</b>
Paraná	14,5	310.102	6,0	15.381	23,8	190.346	18,3	100.105	0,6	2.102
Santa Catarina	17,9	226.174	55,1	144.213	11,6	46.808	5,8	19.358	7,5	15.480
Rio Grande do Sul	14,6	364.097	36,8	123.437	17,1	131.914	9,4	64.410	9,6	43.676
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>13,2</b>	<b>389.158</b>	<b>33,1</b>	<b>128.512</b>	<b>16,8</b>	<b>163.732</b>	<b>9,7</b>	<b>77.858</b>	<b>3,3</b>	<b>17.311</b>
Mato Grosso do Sul	12,3	72.383	42,0	38.856	11,0	22.012	5,4	8.576	2,9	2.456
Mato Grosso	15,6	117.120	26,8	31.895	20,7	47.527	17,6	31.791	3,4	4.987
Goiás	14,8	169.063	38,1	54.270	20,2	78.738	8,2	26.927	4,1	8.913
Distrito Federal	6,6	30.592	10,1	3.491	10,2	15.455	7,8	10.564	1,2	955

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017, p. 61.

Em 2015, no que respeita às **matrículas em tempo integral na educação infantil** (28,7%), o Estado do **Rio de Janeiro** apresenta percentual bastante inferior (6,6%), em relação à média nacional (28,7%) e à da Região Sudeste (34,0%). Quanto aos **anos iniciais do ensino fundamental**, o **Rio de Janeiro** (33,9%) se destaca positivamente em comparação com a média nacional (21,9%) e à da Região Sudeste (14,6%). O cotejo também se evidencia positivo nos **anos finais do ensino fundamental**, uma vez que o Rio de Janeiro, em 2015, registrou 29,7% de matrículas em tempo integral, enquanto a média nacional foi de 16,4% e a do Sudeste alcançou apenas 9,2%. No **ensino médio**,

o **Rio de Janeiro** apresentou percentual muito inferior (0,7%) à média nacional (6,3%) e à do Sudeste (4,6%).

Os dados evidenciados na Tabela 1 apontam que, **no ensino fundamental, o Estado do Rio de Janeiro possui um percentual de alunos significativamente superior à média nacional, matriculados na educação em tempo integral.** Em contraposição, **no ensino médio, o Estado apresentou número bastante reduzido de matrículas em 2015, com apenas 0,7% do total registrado.** Há perspectivas de incremento de matrículas com o *Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, o que é desejável porque os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio são os períodos da educação básica em que se verificam os mais altos índices de evasão escolar.

Além do aspecto quantitativo, a educação integral se mostra bastante desafiadora para os sistemas e redes de ensino, porque as atividades pedagógicas, além de exigirem robusto financiamento, implicam extenso planejamento e suporte para que os alunos não sejam mantidos no ambiente escolar com atividades inócuas.

## **2 AÇÕES ESTRUTURANTES: EDUCAÇÃO EM CONEXÃO COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, SAÚDE E CULTURA**

---

As ações estruturantes, modo como denominamos ações intersetoriais voltadas para fortalecer as políticas educacionais – a exemplo de suas conexões com o esporte, a cultura, a saúde e a assistência social –, representam elementos indissociáveis do desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos adolescentes.

O PNE elenca muitas iniciativas em que se evidencia a articulação de variadas ações estruturantes com a educação. Na meta 2, que dispõe sobre ampliação do ensino fundamental, a estratégia 2.8 preceitua:

2.8: promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a **oferta regular de atividades culturais** para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. (grifo nosso)



A meta 3 do PNE, que enfrenta os desafios ligados ao ensino médio, ressalta as ações estruturantes que conectam a educação com a cultura, o esporte, a ciência e a tecnologia, entre outros:

3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com **abordagens interdisciplinares** estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos **articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte**, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a **articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais**;

[...]

3.4) garantir a **fruição de bens e espaços culturais**, de forma regular, bem como a **ampliação da prática desportiva**, integrada ao currículo escolar; (grifo nosso)

Quanto à educação em tempo integral, objeto da meta 6 do PNE, destacam-se três estratégias:

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de **quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros** e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) fomentar a **articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos** e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

[...]

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, **combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais**. (grifo nosso)

A meta 7 do PNE, destinada a incrementar a qualidade da educação básica, elenca ações estruturantes relevantes, incluídas a conexões com políticas públicas de saúde e assistência social. Destacamos as estratégias 7.17, 7.29 e 7.30:

7.17) ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de **programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;**

[...]

7.29) promover a **articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas**, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.30) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de **ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;** (grifo nosso)

A articulação com a **assistência social** também deve ser considerada como elemento protetivo à infância e à adolescência. A busca ativa de alunos cuja idade os enquadra na obrigatoriedade de frequência à escola básica, deve ser uma política permanente das unidades federativas. A exemplo do Município de Barra Mansa (RJ), que obteve bons resultados na ampliação do número de matrículas, sobretudo daquelas em tempo integral, os sistemas de ensino municipais precisam se alinhar aos conselhos tutelares para oferecer às crianças e adolescentes fora da escola o direito fundamental à educação.

Existe, portanto, um quadro de suporte inequívoco às ações estruturantes, no documento fundamental de planejamento das políticas públicas educacionais, materializado no PNE.

Convergindo a atenção para o **Estado do Rio de Janeiro**, e focalizando a infraestrutura das escolas públicas da educação básica, as Tabelas 2 e 3 a seguir apresentam elementos para analisar a infraestrutura das escolas públicas, em comparação com a divisão político-administrativa efetuada pela legislação estadual fluminense e disponibilizada pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O mapa com a divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro está disponível em: [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/Reg%20Gov\\_2013.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf). Acesso em: 20 abr. 2018.

**Tabela 2: Estabelecimentos da rede pública, conforme os recursos disponíveis. Brasil, Região Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2016**

Localidade	Total de escolas	Com biblioteca		Com sala de leitura		Com Internet		Com quadra de esportes		Com lab. de Ciências	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>BRASIL</b>	<b>218.682</b>	<b>45.111</b>	<b>21%</b>	<b>29.222</b>	<b>13%</b>	<b>90.353</b>	<b>41%</b>	<b>46.805</b>	<b>21%</b>	<b>11.990</b>	<b>5%</b>
<b>Região Sudeste</b>	<b>57.610</b>	<b>14.218</b>	<b>25%</b>	<b>13.833</b>	<b>24%</b>	<b>31.812</b>	<b>55%</b>	<b>19.780</b>	<b>34%</b>	<b>4.188</b>	<b>7%</b>
- Espírito Santo	4.574	1.104	24%	389	9%	2.120	46%	970	21%	324	7%
- Minas Gerais	22.864	7.252	32%	1.568	7%	9.678	42%	5.579	24%	1.375	6%
- São Paulo	21.798	2.658	12%	8.665	40%	14.391	66%	10.138	47%	1.519	7%
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>8.374</b>	<b>3.204</b>	<b>38%</b>	<b>3.211</b>	<b>38%</b>	<b>5.623</b>	<b>67%</b>	<b>3.093</b>	<b>37%</b>	<b>970</b>	<b>12%</b>
<b>Região Metropolitana do RJ</b>	<b>3.969</b>	<b>2.074</b>	<b>52%</b>	<b>1.978</b>	<b>50%</b>	<b>3.243</b>	<b>82%</b>	<b>2.002</b>	<b>50%</b>	<b>588</b>	<b>15%</b>
Rio de Janeiro	2.090	1.400	73%	1.089	57%	1.785	94%	1.097	57%	318	17%
Belford Roxo	118	45	39%	78	68%	105	92%	68	60%	21	18%
Duque de Caxias	271	93	35%	170	64%	241	91%	133	50%	45	17%
Guapimirim	40	4	11%	19	53%	22	61%	9	25%	2	6%
Itaboraí	121	39	36%	50	46%	102	94%	40	37%	12	11%
Itaguaí	86	17	23%	50	67%	42	56%	43	57%	7	9%
Japeri	43	22	52%	23	55%	38	90%	24	57%	4	10%
Magé	128	29	24%	42	35%	95	80%	46	39%	15	13%
Maricá	69	31	48%	18	28%	63	97%	33	51%	12	18%
Mesquita	54	13	25%	29	56%	46	88%	21	40%	12	23%
Nilópolis	177	41	27%	61	40%	138	91%	37	24%	16	11%
Niterói	226	125	56%	121	55%	183	82%	160	72%	45	20%
Nova Iguaçu	62	12	50%	10	42%	13	54%	11	46%	3	13%
Paracambi	30	14	56%	16	64%	18	72%	7	28%	3	12%
Queimados	46	16	36%	27	60%	36	80%	34	76%	5	11%
São Gonçalo	209	104	57%	89	48%	174	95%	136	74%	40	22%
São João de Meriti	115	47	45%	51	49%	92	88%	59	57%	16	15%
Seropédica	58	20	36%	22	40%	36	65%	37	67%	6	11%
Tanguá	26	2	10%	13	62%	14	67%	7	33%	6	29%

Fonte: INEP. Censo Escolar 2017.

Quanto à **disponibilidade de recursos educacionais** (Tabela 2), os números do Censo Escolar 2017, que se reportam a dados de 2016, situam o **Estado do Rio de Janeiro em posição superior** tanto em relação à média nacional, quanto ao Sudeste.

No que tange à presença de **biblioteca nas escolas**, a cidade do Rio de Janeiro (73%) é destaque positivo, ao passo que os municípios de Guapimirim e Tanguá registram respectivamente apenas 11% e 10% de escolas com biblioteca.

No recurso **sala de leitura**, Belford Roxo (com 68%) e Duque de Caxias (com 64%) apresentam os percentuais mais significativos da região metropolitana.

O **acesso à internet** apresenta disparidades, uma vez que há municípios que se aproximam da cobertura total, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro (94%) e de Belford Roxo (92%), e há outros, cuja cobertura supera ligeiramente os 50%, como ocorre em Nova Iguaçu (54%) e Itaguaí (56%).

As disparidades também são evidentes no recurso **quadra de esportes**. Enquanto 74% das escolas de São Gonçalo as possuem, apenas 25% da rede de Guapimirim relatam ter o recurso.

A presença de **laboratório de ciências**, fundamental para a qualidade do ensino é bastante diminuta em todo o território nacional. Entretanto, neste recurso, o Estado do Rio de Janeiro (12%) se apresenta com média superior à nacional (5%) e à do Sudeste (7%), com destaque para o município de Tanguá, em que 29% das escolas dispõem desse recurso.

Quanto às demais regiões do Estado, os dados coletados no Censo Escolar 2017 continuam a exibir grandes disparidades entre as regiões fluminenses.

É o que mostra a Tabela 3, adiante.

**Tabela 3: Escolas da rede pública de Educação Básica, conforme os recursos disponíveis. Brasil, Região Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2016**

Localidade	Total de escolas	Com biblioteca		Com sala de leitura		Com Internet		Com quadra de esportes		Com lab. de Ciências	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>BRASIL</b>	<b>218.682</b>	<b>45.111</b>	<b>21%</b>	<b>29.222</b>	<b>13%</b>	<b>90.353</b>	<b>41%</b>	<b>46.805</b>	<b>21%</b>	<b>11.990</b>	<b>5%</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>57.610</b>	<b>14.218</b>	<b>25%</b>	<b>13.833</b>	<b>24%</b>	<b>31.812</b>	<b>55%</b>	<b>19.780</b>	<b>34%</b>	<b>4.188</b>	<b>7%</b>
- Espírito Santo	4.574	1.104	24%	389	9%	2.120	46%	970	21%	324	7%
- Minas Gerais	22.864	7.252	32%	1.568	7%	9.678	42%	5.579	24%	1.375	6%
- São Paulo	21.798	2.658	12%	8.665	40%	14.391	66%	10.138	47%	1.519	7%
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>8.374</b>	<b>3.204</b>	<b>38%</b>	<b>3.211</b>	<b>38%</b>	<b>5.623</b>	<b>67%</b>	<b>3.093</b>	<b>37%</b>	<b>970</b>	<b>12%</b>
-Região Metropolitana	3.969	2.074	52%	1.978	50%	3.243	82%	2.002	50%	588	15%
-Região Noroeste Fluminense	719	153	21%	199	28%	342	48%	185	26%	82	11%
-Região Norte Fluminense	886	230	26%	197	22%	488	55%	185	21%	83	9%
-Região Serrana	824	189	23%	191	23%	408	50%	162	20%	35	4%
-Região Baixadas Litorâneas	746	188	25%	282	38%	430	58%	208	28%	63	8%
-Região do Médio Paraíba	663	218	33%	241	36%	458	69%	216	33%	79	12%
-Região Centro-Sul Fluminense	377	75	20%	71	19%	164	44%	94	25%	22	6%
-Região da Costa Verde	190	77	41%	52	27%	90	47%	41	22%	18	9%

Fonte: INEP. Censo Escolar 2017

No recurso **biblioteca**, a Região Metropolitana (52%) possui percentual bastante superior ao Centro-Sul Fluminense<sup>9</sup> (20%). Nessa última Região, entanto 63% das instituições de ensino da cidade Comendador Levy Gasparian possuem biblioteca, só 13% das escolas de Mendes registram esse recurso. Quanto à quadra de esportes, 50% das escolas dos municípios da Região Metropolitana relatam ter instalações esportivas, enquanto apenas 20% das instituições da Região Serrana<sup>10</sup> as possuem. Nessa última Região, enquanto 79% das escolas de São José do Vale do Rio Preto possuem quadra de esporte, só 17% das instituições de Santa Maria Madalena as têm.

Importa ressaltar que as Tabelas 2 e 3 analisam somente aspectos quantitativos. A presença de bibliotecas não necessariamente indica existência de propostas pedagógicas que estimulem a leitura. Por outro lado, não se especifica se as quadras de esporte são cobertas ou descobertas e se sabe que em algumas épocas do ano, é difícil e mesmo prejudicial à saúde praticar esportes em locais expostos a temperaturas extremas. Mas de toda maneira, pode-se inferir que, quanto aos recursos recenseados, as instituições de ensino básico do Rio de Janeiro possuem, em média, infraestrutura superior à média nacional e à da Região Sudeste. Mas não se pode deixar de observar que, de modo geral, os dados do Censo Escolar 2017 evidenciam que as escolas públicas possuem infraestrutura notadamente deficiente.

Importa agora analisar se, em alguma medida, os recursos educacionais disponíveis repercutem positivamente no desempenho escolar.

### 3 ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM

---

Este tópico complementa o Item 2 do Estudo<sup>11</sup> elaborado pelos Consultores Legislativos Ana Valeska Amaral Gomes e Ricardo Chaves de Rezende Martins para o OLERJ. A análise aqui empreendida considera os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e do Sistema de

---

<sup>9</sup> São Municípios da Região Centro-Sul Fluminense: Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras

<sup>10</sup> São Municípios da Região Serrana: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/estudos-e-pesquisas/estudos-da-consultoria-legislativa/estudo-sobre-situacao-educacional-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Avaliação da Educação Básica (Saeb), em comparação com a divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro efetuada pela legislação estadual e disponibilizada pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj).

Como fundamento da discussão e elemento de apoio às ações do OLERJ, entendemos que a disponibilização de informações detalhadas acerca dos municípios do Estado do Rio e sua relação com as regiões político-administrativas poderá auxiliar no planejamento dos municípios fluminenses.

### 3.1 AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos fornecem três resultados: 1) desempenho em leitura, 2) desempenho em matemática e 3) desempenho em escrita.

A ANA é censitária, aplicada, portanto, em todos os alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental. A elaboração, aplicação e correção da avaliação incumbem ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

Participaram da ANA 2016 todas as escolas públicas urbanas e rurais que, até 31 de agosto de 2016, registravam pelo menos 10 estudantes matriculados em turmas regulares do 3º ano do Ensino Fundamental.

Ter em conta os resultados da ANA é relevante, entre outros, porque a alfabetização – que compreende as habilidades em leitura, escrita e cálculo – impacta toda a vida escolar. Ademais, há correlação entre os baixos índices de alfabetização e a evasão escolar.

A ANA apresenta os resultados dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em níveis de proficiência, mediante escalas gradativas que compreendem uma evolução no processo de alfabetização<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> As matrizes de referência avaliativa da ANA podem ser consultadas no Portal do Inep, disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em 23 abr. 2018.

### 3.1.1. **Leitura** em Língua Portuguesa

No que se refere à leitura em língua portuguesa, a ANA utiliza 4 níveis de proficiência enumerados de 1 a 4, em ordem de desempenho.

Os alunos que obtiveram nível 1 e 2 possuem proficiência considerada insuficiente e os que alcançaram pontuação para enquadramento nos níveis 3 e 4 apresentaram proficiência considerada suficiente.

A tabela 4 mostra os resultados encontrados nas escolas da rede pública de educação básica em 2016.

**Tabela 4: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em leitura em Língua Portuguesa. Brasil, Região Sudeste, Estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente			Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Total Insuficiente	Nível 3	Nível 4	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>21,74%</b>	<b>32,99%</b>	<b>54,73%</b>	<b>32,28%</b>	<b>12,99%</b>	<b>45,27%</b>	<b>507,58</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>13,63%</b>	<b>30,06%</b>	<b>43,69%</b>	<b>37,85%</b>	<b>18,46%</b>	<b>56,31%</b>	
- Espírito Santo	15,17%	32,19%	47,36%	36,70%	15,94%	52,64%	
- Minas Gerais	9,58%	28,07%	37,65%	39,06%	23,29%	62,35%	
- São Paulo	12,57%	28,78%	41,35%	39,57%	19,08%	58,65%	
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>23,08%</b>	<b>36,68%</b>	<b>59,76%</b>	<b>30,89%</b>	<b>9,36%</b>	<b>40,25%</b>	<b>497,37</b>
<b>Região Metropolitana</b>	<b>24,64%</b>	<b>35,58%</b>	<b>60,23%</b>	<b>29,97%</b>	<b>9,80%</b>	<b>39,77%</b>	<b>495,20</b>
Rio de Janeiro	21,59%	34,21%	55,80%	32,41%	11,79%	44,20%	504,06
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	-	-	-	-	-	-	-
Guapimirim	34,02%	35,18%	69,20%	25,71%	5,09%	30,80%	467,84
Itaboraí	28,80%	39,41%	68,21%	26,12%	5,66%	31,78%	479,10
Itaguaí	-	-	-	-	-	-	-
Japeri	43,72%	36,23%	79,95%	17,52%	2,53%	20,05%	443,61
Magé	35,16%	38,03%	73,19%	22,07%	4,74%	26,81%	463,58
Maricá	19,77%	40,35%	60,12%	30,96%	8,92%	39,88%	500,19
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	-	-	-	-	-	-	-
Niterói	4,35%	34,78%	39,13%	39,13%	21,74%	60,87%	555,67
Nova Iguaçu	36,74%	38,07%	74,81%	21,02%	4,17%	25,19%	458,82
Paracambi	23,71%	32,82%	56,53%	34,75%	8,72%	43,47%	497,56
Queimados	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo	36,16%	37,56%	73,72%	22,32%	3,97%	26,29%	462,92
São João de Meriti	-	-	-	-	-	-	-
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-
Tanguá	13,84%	46,33%	60,17%	33,24%	6,59%	39,83%	509,62

Fonte: INEP – ANA. Elaboração Seape/Conle. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

A análise dos resultados da ANA, de acordo com o nível de proficiência em **Leitura** em Língua Portuguesa exibidos na Tabela 4, aponta que 59,76% dos estudantes da rede pública de educação básica do Estado do Rio de Janeiro apresentaram **alfabetização insuficiente - resultado pior** do que a média nacional (54,73%) e também em relação aos alunos dos demais estados

do Sudeste (43,69%). Na **Região Metropolitana**, chama atenção o alto percentual de alunos cuja leitura foi considerada insuficiente (60,23%); destacam-se três municípios com os alunos de pior desempenho: de Japeri (79,95%), Nova Iguaçu (74,81%) e São Gonçalo (73,72%).

Por outro lado, no **Estado do Rio de Janeiro**, 40,25% dos avaliados obtiveram **proficiência considerada suficiente** em leitura, percentual este inferior à média nacional (45,27%) e à da Região Sudeste (56,31%). Destacam-se os alunos dos municípios de Niterói, Rio de Janeiro, Paracambi e Tanguá, com as melhores proficiências em leitura.

Quanto às demais regiões do Estado, os resultados da proficiência em **leitura em nível considerado suficiente** são, de modo geral, superiores à média nacional (45,27%) e inferiores à do Sudeste (56,31%). A **Região Norte Fluminense**<sup>13</sup> possui o mais alto índice de alunos com proficiência suficiente (52,67%), maior, portanto, que o da média do Estado do Rio, similar aos índices do Espírito Santo, mas inferior aos de Minas Gerais e São Paulo. Esses achados estão dispostos na Tabela 5.

**Tabela 5: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em Leitura em Língua Portuguesa. Brasil, Região Sudeste, Rio de Janeiro e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente			Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Total Insuficiente	Nível 3	Nível 4	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>21,74%</b>	<b>32,99%</b>	<b>54,73%</b>	<b>32,28%</b>	<b>12,99%</b>	<b>45,27%</b>	<b>507,58</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>13,63%</b>	<b>30,06%</b>	<b>43,69%</b>	<b>37,85%</b>	<b>18,46%</b>	<b>56,31%</b>	
- Espírito Santo	15,17%	32,19%	47,36%	36,70%	15,94%	52,64%	
- Minas Gerais	9,58%	28,07%	37,65%	39,06%	23,29%	62,35%	
- São Paulo	12,57%	28,78%	41,35%	39,57%	19,08%	58,65%	
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>23,08%</b>	<b>36,68%</b>	<b>59,76%</b>	<b>30,89%</b>	<b>9,36%</b>	<b>40,25%</b>	<b>497,37</b>
Região Metropolitana	24,64%	35,58%	60,23%	29,97%	9,80%	39,77%	495,20
Região Noroeste Fluminense	19,38%	33,85%	53,23%	34,34%	12,43%	46,77%	512,18
Região Norte Fluminense	12,40%	34,94%	47,33%	38,98%	13,68%	52,67%	528,49
Região Serrana	14,91%	35,48%	50,38%	36,73%	12,89%	49,62%	521,05
Região das Baixadas Litorâneas	15,30%	34,78%	50,09%	37,21%	12,71%	49,91%	519,59
Região do Médio Paraíba	14,65%	36,15%	50,80%	37,38%	11,82%	49,20%	519,45
Região Centro-Sul Fluminense	17,54%	33,54%	51,08%	35,36%	13,56%	48,92%	515,98
Região da Costa Verde	21,85%	38,79%	60,64%	32,71%	6,65%	39,36%	496,22

Fonte: INEP - ANA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

<sup>13</sup> Compõem a Região Norte Fluminense os municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Na planilha de Microdados do Inep, não há informação sobre a ANA - Campos dos Goytacazes.



### 3.1.2 Escrita em Língua Portuguesa

No tocante à escrita em língua portuguesa, a ANA utiliza 5 níveis de proficiência enumerados de 1 a 5, em ordem de desempenho. Os alunos que obtiveram **nível 1, 2 ou 3** possuem **proficiência considerada insuficiente** e os que alcançaram pontuação para enquadramento nos **níveis 4 e 5** possuem **proficiência considerada suficiente**.

**Tabela 6: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em Escrita em Língua Portuguesa. Brasil, Região Sudeste, Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente				Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total Insuficiente	Nível 4	Nível 5	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>14,46%</b>	<b>17,16%</b>	<b>2,23%</b>	<b>33,85%</b>	<b>57,87%</b>	<b>8,28%</b>	<b>66,15%</b>	<b>500,00</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>8,32%</b>	<b>11,97%</b>	<b>1,20%</b>	<b>21,49%</b>	<b>66,49%</b>	<b>12,02%</b>	<b>78,51%</b>	
- Espírito Santo	10,24%	14,02%	0,83%	25,09%	66,43%	8,48%	74,91%	
- Minas Gerais	5,72%	12,82%	2,22%	20,76%	63,15%	16,10%	79,25%	
- São Paulo	7,53%	8,82%	0,75%	17,10%	70,68%	12,22%	82,90%	
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>14,43%</b>	<b>19,73%</b>	<b>1,05%</b>	<b>35,21%</b>	<b>58,99%</b>	<b>5,79%</b>	<b>64,78%</b>	<b>494,62</b>
<b>Região Metropolitana</b>	<b>16,05%</b>	<b>18,93%</b>	<b>1,34%</b>	<b>36,32%</b>	<b>58,21%</b>	<b>5,46%</b>	<b>63,68%</b>	<b>491,16</b>
Rio de Janeiro	13,86%	16,53%	1,31%	31,70%	61,55%	6,75%	68,30%	500,42
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	-	-	-	-	-	-	-	-
Guapimirim	24,48%	25,20%	0,94%	50,62%	47,61%	1,77%	49,38%	458,71
Itaboraí	18,93%	26,04%	2,52%	47,49%	48,52%	3,99%	52,51%	470,56
Itaguaí	-	-	-	-	-	-	-	-
Japeri	28,49%	37,38%	2,62%	68,49%	31,51%	0,00%	31,51%	424,87
Magé	23,96%	30,56%	0,88%	55,40%	42,68%	1,92%	44,60%	449,13
Maricá	12,99%	19,35%	1,33%	33,67%	62,25%	4,08%	66,33%	495,87
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	-	-	-	-	-	-	-	-
Niterói	0,00%	8,70%	0,00%	8,70%	69,57%	21,74%	91,31%	567,39
Nova Iguaçu	24,61%	24,78%	1,23%	50,62%	46,83%	2,55%	49,38%	457,50
Paracambi	14,99%	12,54%	1,40%	28,93%	66,30%	4,77%	71,07%	502,72
Queimados	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo	24,02%	25,07%	0,79%	49,88%	46,86%	3,25%	50,11%	462,09
São João de Meriti	-	-	-	-	-	-	-	-
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanguá	4,38%	12,77%	1,69%	18,84%	76,06%	5,08%	81,14%	527,66

Fonte: INEP - ANA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

Quanto aos resultados da ANA de acordo com o nível de proficiência em **escrita** em Língua Portuguesa (Tabela 6), verifica-se que, no **Estado do Rio de Janeiro**, **35,21%** dos estudantes exibem nível de **alfabetização insuficiente – mais de um terço, portanto -**, percentual maior que a média nacional (33,85%) e que a dos demais estados do Sudeste (21,49%). Na **Região Metropolitana**, chama atenção o **alto percentual de**

**alunos com escrita insuficiente** (36,32%); os três piores desempenhos estão em Japeri (68,49%), Magé (55,40%) e Nova Iguaçu (50,62%).

No **Estado do Rio de Janeiro**, 64,78% dos avaliados obtiveram proficiência considerada **suficiente** em escrita, percentual inferior à média nacional (66,15%) e à da Região Sudeste (78,51%). **Niterói** se destaca com 91,31% dos estudantes nos níveis 4 e 5 de proficiência em escrita, seguido pelos alunos de Tanguá (81,14%), de Paracambi (71,07%) e da capital (68,30%).

**Tabela 7: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em Escrita em Língua Portuguesa. Brasil, Região Sudeste e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente				Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total Insuficiente	Nível 4	Nível 5	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>14,46%</b>	<b>17,16%</b>	<b>2,23%</b>	<b>33,85%</b>	<b>57,87%</b>	<b>8,28%</b>	<b>66,15%</b>	<b>500,00</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>8,32%</b>	<b>11,97%</b>	<b>1,20%</b>	<b>21,49%</b>	<b>66,49%</b>	<b>12,02%</b>	<b>78,51%</b>	
-Espírito Santo	10,24%	14,02%	0,83%	25,09%	66,43%	8,48%	74,91%	
-Minas Gerais	5,72%	12,82%	2,22%	20,76%	63,15%	16,10%	79,25%	
-São Paulo	7,53%	8,82%	0,75%	17,10%	70,68%	12,22%	82,90%	
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>14,43%</b>	<b>19,73%</b>	<b>1,05%</b>	<b>35,21%</b>	<b>58,99%</b>	<b>5,79%</b>	<b>64,78%</b>	<b>494,62</b>
Região Metropolitana	16,05%	18,93%	1,34%	36,32%	58,21%	5,46%	63,68%	491,16
Região Noroeste Fluminense	12,83%	17,02%	0,69%	30,54%	61,62%	7,84%	69,46%	506,22
Região Norte Fluminense	7,26%	16,62%	0,72%	24,60%	67,22%	8,18%	75,40%	520,78
Região Serrana	8,70%	15,93%	0,58%	25,22%	65,86%	8,92%	74,78%	518,11
Região das Baixadas Litorâneas	10,12%	15,68%	0,80%	26,59%	65,71%	7,69%	73,41%	513,97
Região do Médio Paraíba	7,98%	12,28%	0,63%	20,88%	69,93%	9,19%	<b>79,12%</b>	527,46
Região Centro-Sul Fluminense	11,75%	11,54%	0,64%	23,92%	68,44%	7,63%	76,08%	516,26
Região da Costa Verde	14,46%	18,39%	0,63%	33,47%	63,34%	3,18%	66,53%	491,74

Fonte: INEP - ANA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

O corte por regiões do Estado (veja-se a Tabela 7) evidencia que os resultados da proficiência **em nível suficiente na escrita**, são, na maior parte delas, **superiores à média nacional** (66,15%), mas **inferiores à do Sudeste** (78,51%). A **Região do Médio Paraíba**<sup>14</sup> tem o maior índice de estudantes com **proficiência suficiente** (79,12% - maior que a média do Sudeste), com destaque para Volta Redonda, com 89,74% dos estudantes nos níveis 4 e 5.

<sup>14</sup> Compõem a Região do Médio Paraíba os seguintes municípios: Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

### 3.1.3 Matemática

Na proficiência em **matemática**, a ANA utiliza 4 níveis enumerados de 1 a 4, em ordem de desempenho. Os alunos que obtiveram **nível 1 e 2 possuem proficiência considerada insuficiente** e os que alcançaram pontuação para enquadramento nos **níveis 3 e 4 possuem proficiência considerada suficiente**.

**Tabela 8: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em Matemática - Brasil, Região Sudeste, Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente			Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Total Insuficiente	Nível 3	Nível 4	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>22,98%</b>	<b>31,48%</b>	<b>54,46%</b>	<b>18,42%</b>	<b>27,11%</b>	<b>45,53%</b>	<b>508,09</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>14,70%</b>	<b>28,01%</b>	<b>42,71%</b>	<b>20,70%</b>	<b>36,60%</b>	<b>57,30%</b>	
-Espírito Santo	15,46%	30,94%	46,40%	21,28%	32,31%	53,59%	
-Minas Gerais	10,90%	26,93%	37,83%	21,49%	40,68%	62,17%	
-São Paulo	13,31%	25,87%	39,18%	20,87%	39,95%	60,82%	
<b>-Rio de Janeiro</b>	<b>25,01%</b>	<b>35,49%</b>	<b>60,50%</b>	<b>18,67%</b>	<b>20,83%</b>	<b>39,50%</b>	<b>495,35</b>
<b>Região Metropolitana</b>	<b>27,11%</b>	<b>33,61%</b>	<b>60,72%</b>	<b>18,18%</b>	<b>21,09%</b>	<b>39,28%</b>	<b>492,93</b>
Rio de Janeiro	23,90%	32,31%	56,21%	19,13%	24,66%	43,79%	501,61
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	-	-	-	-	-	-	-
Guapimirim	38,30%	34,96%	73,26%	12,61%	14,13%	26,74%	462,17
Itaboraí	32,08%	38,40%	70,48%	17,02%	12,50%	29,52%	472,23
Itaguaí	-	-	-	-	-	-	-
Japeri	40,20%	37,41%	77,61%	13,53%	8,86%	22,39%	444,96
Magé	38,21%	36,09%	74,30%	14,22%	11,48%	25,70%	462,11
Maricá	23,30%	37,31%	60,61%	19,02%	20,37%	39,39%	496,64
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	39,19%	35,52%	74,71%	13,41%	11,88%	25,29%	-
Niterói	18,53%	38,45%	56,98%	20,36%	22,66%	43,02%	550,08
Nova Iguaçu	38,95%	35,26%	74,21%	14,46%	11,32%	25,78%	460,05
Paracambi	25,79%	36,15%	61,94%	18,85%	19,20%	38,05%	492,75
Queimados	37,54%	36,66%	74,20%	13,69%	12,11%	25,80%	-
São Gonçalo	33,46%	38,62%	72,08%	16,45%	11,47%	27,92%	466,84
São João de Meriti	37,34%	38,37%	75,71%	13,97%	10,32%	24,29%	-
Seropédica	36,78%	36,42%	73,20%	17,12%	9,68%	26,80%	-
Tanguá	15,28%	47,95%	63,23%	22,22%	14,55%	36,77%	501,91

Fonte: INEP - ANA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

Como se vê na Tabela 8, precedente, os resultados da ANA quanto ao nível de proficiência em **Matemática**, mostram que 60,5% dos alunos do **Estado do Rio de Janeiro** estão com **desempenho insuficiente**, em pior situação, portanto, do que a média nacional (54,46%) e também em relação à média dos alunos do Sudeste, em que 42,71% do total estão com aprendizagem insuficiente em Matemática. Na **Região Metropolitana**, chama atenção o **alto percentual de alunos com desempenho insuficiente nesta disciplina** -

60,72%, exibindo os piores desempenhos em Japeri (77,61%), São João de Meriti (75,71%) e Nilópolis (74,71%).

No conjunto do **Estado do Rio de Janeiro**, 39,50% dos avaliados (apenas 4 alunos em cada 10) obtiveram **proficiência considerada suficiente em Matemática**, percentual inferior à média nacional (45,53%) e à da Região Sudeste (57,30%).

**Tabela 9: Percentual de alunos da rede pública por nível de proficiência em Matemática. Brasil, Região Sudeste e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2016.**

Localidade	Insuficiente			Suficiente			Proficiência Média
	Nível 1	Nível 2	Total Insuficiente	Nível 3	Nível 4	Total Suficiente	
<b>BRASIL</b>	<b>22,98%</b>	<b>31,48%</b>	<b>54,46%</b>	<b>18,42%</b>	<b>27,11%</b>	<b>45,53%</b>	<b>508,09</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>14,70%</b>	<b>28,01%</b>	<b>42,71%</b>	<b>20,70%</b>	<b>36,60%</b>	<b>57,30%</b>	
-Espírito Santo	15,46%	30,94%	46,40%	21,28%	32,31%	53,59%	
-Minas Gerais	10,90%	26,93%	37,83%	21,49%	40,68%	62,17%	
-São Paulo	13,31%	25,87%	39,18%	20,87%	39,95%	60,82%	
<b>-Rio de Janeiro</b>	<b>25,01%</b>	<b>35,49%</b>	<b>60,50%</b>	<b>18,67%</b>	<b>20,83%</b>	<b>39,50%</b>	<b>495,35</b>
Região Metropolitana	27,11%	33,61%	60,72%	18,18%	21,09%	39,28%	492,93
Região Noroeste Fluminense	21,44%	33,28%	54,72%	19,73%	25,55%	45,28%	508,94
Região Norte Fluminense	13,60%	33,51%	47,12%	23,09%	29,79%	52,88%	526,75
Região Serrana	16,30%	34,28%	50,58%	21,32%	28,10%	49,42%	519,82
Região das Baixadas Litorâneas	17,20%	35,78%	52,99%	21,43%	25,58%	47,01%	513,83
Região do Médio Paraíba	16,31%	34,23%	50,55%	22,18%	27,27%	49,45%	519,02
Região Centro-Sul Fluminense	19,92%	32,57%	52,49%	19,84%	27,66%	47,51%	513,74
Região da Costa Verde	22,28%	37,50%	59,78%	23,42%	16,80%	40,22%	495,09

Fonte: INEP - ANA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>

Quanto às **demais regiões do Estado** (veja-se a Tabela 9 acima), os **resultados da Proficiência média em Matemática dos alunos do Rio, em nível suficiente**, são superiores à proficiência média nacional (**508,09 pontos**) em seis das oito Regiões Administrativas do Estado (com exceção dos achados dos alunos da Região Metropolitana e da Costa Verde e à média geral do Estado). Entretanto, **percentualmente**, a posição quanto à aprendizagem suficiente da Matemática dos fluminenses é **pior** – só 39,5% dos alunos estão nela –, tanto em relação à média **nacional** (45,53% dos alunos) e – e principalmente em relação ao percentual dos estudantes do Sudeste, em que 57,3% dos alunos, no conjunto dos estados, exibiram aprendizado suficiente. A

**Região do Norte Fluminense**<sup>15</sup> possui o maior índice de estudantes com proficiência **suficiente em Matemática** (52,88%), com destaque para os das cidades de Cardoso Moreira (58,77%) e Macaé (58,6%).

Estes resultados equivalem a dizer que **60,5%** dos estudantes do Rio de Janeiro apresentaram **aprendizado insuficiente** em Matemática em 2016. A pior situação é a dos alunos da Região Metropolitana e estes índices do Rio são bem piores que os índices dos alunos da Região Sudeste em geral (42,71%) e os do Brasil (54,46%)

### 3.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) compõe-se de um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado.

Em 2005, o Saeb foi reestruturado e passou a se compor de duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como *Prova Brasil*, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas. A *Prova Brasil* é uma avaliação censitária bianual envolvendo os alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados. O conjunto dos resultados da Aneb e da Prova Brasil compõe o Saeb<sup>16</sup>. Os subtópicos seguintes apresentam os resultados das avaliações realizadas pelo Inep que permitem inferir o aprendizado dos estudantes, no ano de 2015.

---

<sup>15</sup> Compõem a Região Norte Fluminense os municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Na planilha de Microdados do Inep, não há informações disponíveis acerca dos resultados de Campos dos Goytacazes.

<sup>16</sup> A metodologia completa do Saeb é detalhada no Portal Inep. O escopo deste Trabalho não permite extensos detalhamentos metodológicos acerca da composição dos índices de avaliação.

### 3.2.1 Saeb: português (leitura) e matemática na rede pública municipal

Esta subseção analisa os microdados do Saeb em comparação com a divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, selecionando-se as instituições de ensino da rede pública municipal.

**Tabela 10: Percentual de alunos em nível adequado e proficiência média no 5º e no 9º ano da rede pública municipal. Saeb, Brasil, Região Sudeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2015.**

Localidade	Anos iniciais (5º Ano)				Anos finais (9º Ano)			
	Português		Matemática		Português		Matemática	
	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média
<b>BRASIL</b>	<b>51%</b>	<b>200,21</b>	<b>39%</b>	<b>212,49</b>	<b>29%</b>	<b>243,56</b>	<b>13%</b>	<b>246,62</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>61%</b>	<b>213,45</b>	<b>50%</b>	<b>225,97</b>	<b>36%</b>	<b>253,65</b>	<b>18%</b>	<b>257,60</b>
-Espírito Santo	56%	207,93	43%	219,17	34%	252,70	17%	257,75
-Minas Gerais	61%	213,74	51%	225,34	40%	258,25	22%	261,84
-São Paulo	64%	217,61	54%	231,48	35%	253,98	18%	257,89
<b>- Rio de Janeiro</b>	<b>53%</b>	<b>205,22</b>	<b>39%</b>	<b>215,90</b>	<b>33%</b>	<b>249,24</b>	<b>15%</b>	<b>253,27</b>
<b>Região Metropolitana</b>	<b>51%</b>	<b>203,64</b>	<b>38%</b>	<b>214,82</b>	<b>32%</b>	<b>247,83</b>	<b>15%</b>	<b>252,71</b>
Rio de Janeiro	60%	212,29	49%	225,42	36%	251,50	20%	256,93
Belford Roxo	36%	187,79	20%	196,57	<b>16%</b>	226,12	<b>5%</b>	231,07
Duque de Caxias	45%	195,35	28%	204,79	<b>18%</b>	231,00	6%	237,15
Guapimirim	50%	202,96	33%	210,12	35%	251,58	11%	246,87
Itaboraí	48%	199,24	29%	204,92	25%	243,37	9%	245,03
Itaguaí	43%	193,84	27%	203,49	23%	232,84	<b>4%</b>	232,90
Japeri	<b>30%</b>	181,57	<b>16%</b>	191,60	<b>13%</b>	220,66	<b>2%</b>	225,68
Magé	37%	190,16	21%	199,23	19%	236,13	8%	239,50
Maricá	57%	207,94	33%	212,45	32%	255,63	12%	259,52
Mesquita	41%	192,09	25%	202,15	19%	225,30	7%	226,98
Nilópolis	<b>34%</b>	184,00	<b>17%</b>	192,65	21%	233,64	7%	233,15
Niterói	56%	206,95	36%	213,07	27%	244,11	11%	244,59
Nova Iguaçu	42%	192,92	27%	203,02	21%	236,79	7%	238,78
Paracambi	-	210,45	-	217,00	-	256,13	-	264,43
Queimados	<b>31%</b>	181,14	<b>20%</b>	193,76	<b>16%</b>	229,80	<b>5%</b>	232,65
São Gonçalo	42%	194,49	25%	201,98	22%	238,47	6%	239,99
São João de Meriti	36%	187,60	21%	196,83	20%	242,49	7%	242,64
Seropédica	45%	192,80	25%	200,30	<b>18%</b>	230,67	6%	237,63
Tanguá	44%	197,51	32%	208,79	25%	245,31	9%	245,67

Fonte: INEP - Saeb (Aneb/Prova Brasil). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/microdados>, 2015

Considerando os resultados dos alunos da rede pública municipal no **5º ano do ensino fundamental** em **Português** (veja-se a Tabela 10), observa-se que 53% dos estudantes fluminenses registraram nível considerado **adequado**, índice este levemente superior à média nacional (51%) e inferior à do Sudeste (61%).

Na **Região Metropolitana** do Rio, os três piores percentuais de alunos, em nível adequado em **Português**, foram registrados em Japeri (30%), Queimados (31%) e Nilópolis (34%).

Em **Matemática**, e considerando ainda os alunos da **rede pública municipal do 5º ano do ensino fundamental**, o **Estado do Rio de Janeiro** registrou apenas 39% dos estudantes em **nível considerado adequado**, percentual igual à média nacional (39%) e inferior à do Sudeste (50%). Os municípios que registram os três piores desempenhos de alunos em Matemática foram Japeri (16%), Nilópolis (17%) e Queimados (20%).

Ao considerarmos os resultados dos **alunos da rede pública municipal no 9º ano do ensino fundamental** em **Português**, 33% dos estudantes fluminenses possuíam em 2015 **nível considerado adequado de aprendizagem**, superior à média nacional (29%) e inferior à do Sudeste (36%). Na **Região Metropolitana**, os piores percentuais de alunos **em nível adequado** foram registrados nos municípios de Japeri (13%), Belford Roxo (16%) e Queimados (16%), Duque de Caxias (18%) e Seropédica (18%).

Em **Matemática** (veja-se ainda a Tabela 10), e tendo em vista ainda os **alunos da rede pública municipal do 9º ano do ensino fundamental**, o **Estado do Rio de Janeiro** possuía apenas 15% dos estudantes **em nível considerado adequado** da aprendizagem de Matemática, o que representa **percentual superior** à média nacional (13%) e inferior à do Sudeste (18%).

Na **Região Metropolitana**, os municípios com os piores desempenhos percentuais são Japeri (2%), Itaguaí (4%), Belford Roxo (5%) e Queimados (5%).

**Tabela 11: Percentual de alunos em nível adequado e proficiência média no 5º e no 9º ano da rede pública municipal. Saeb, Brasil, Região Sudeste e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2015.**

Localidade	Anos iniciais (5º Ano)				Anos finais (9º Ano)			
	Português		Matemática		Português		Matemática	
	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média
<b>BRASIL</b>	<b>51%</b>	<b>200,21</b>	<b>39%</b>	<b>212,49</b>	<b>29%</b>	<b>243,56</b>	<b>13%</b>	<b>246,62</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>61%</b>	<b>213,45</b>	<b>50%</b>	<b>225,97</b>	<b>36%</b>	<b>253,65</b>	<b>18%</b>	<b>257,60</b>
- Espírito Santo	56%	207,93	43%	219,17	34%	252,70	17%	257,75
- Minas Gerais	61%	213,74	51%	225,34	40%	258,25	22%	261,84
- São Paulo	64%	217,61	54%	231,48	35%	253,98	18%	257,89
- <b>Rio de Janeiro</b>	<b>53%</b>	<b>205,22</b>	<b>39%</b>	<b>215,90</b>	<b>33%</b>	<b>249,24</b>	<b>15%</b>	<b>253,27</b>
Região Metropolitana	51%	203,64	38%	214,82	32%	247,83	15%	252,71
Região Noroeste Fluminense	57%	209,53	45%	220,40	38%	259,42	<b>25%</b>	264,53
Região Norte Fluminense	55%	208,28	39%	217,77	36%	254,85	18%	258,14
Região Serrana	<b>62%</b>	216,02	<b>47%</b>	224,77	<b>43%</b>	262,35	20%	262,08
Região das Baixadas Litorâneas	58%	210,19	42%	218,08	34%	250,14	15%	253,20
Região do Médio Paraíba	<b>62%</b>	214,62	<b>47%</b>	224,13	40%	258,81	19%	261,55
Região Centro-Sul Fluminense	<b>62%</b>	213,43	46%	224,49	<b>43%</b>	264,26	21%	264,29
Região da Costa Verde	49%	201,88	35%	212,00	32%	245,86	11%	245,36

Fonte: INEP - Saeb (Aneb/Prova Brasil), 2015. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>

A Tabela 11 evidencia que, em uma comparação entre as regiões do Estado, considerando os resultados dos alunos da rede pública municipal no **5º ano do ensino fundamental em Português**, as Regiões Serrana, do Médio Paraíba e Centro-Sul Fluminense detêm o percentual mais elevado de **alunos em nível adequado de proficiência: 62%**. Nas referidas regiões, destacam-se os municípios de Comendador Levy Gasparian (81%), São José do Vale do Rio Preto (75%) e Volta Redonda (72%) dos alunos com proficiência adequada em Português. Comparando os resultados dos **alunos do 9º ano do ensino fundamental em Matemática, em escolas municipais**, a **Região Noroeste Fluminense** se destaca com o índice de todas com 62% de proficiência, e, nessa Região, os três melhores percentuais foram verificados em Italva (35%), Santo Antônio de Pádua (32%) e Bom Jesus do Itabapoana (30%).

Entretanto, veja-se que se na **Região Sudeste**, a metade dos alunos do 9º ano examinados demonstrou proficiência em Matemática e 61%,



em Português. Os índices do Estado do Rio de Janeiro são mais baixos em ambas as áreas, com 53% dos estudantes proficientes em Português e apenas 39% em Matemática. Observe-se que em todos os casos, os índices de proficiência dos alunos do 9º ano do fundamental são muito mais baixos que aqueles encontrados nos alunos da 5ª série, sendo que os estudantes fluminenses apresentam os piores índices entre os alunos da região Sudeste.

### 3.2.2 Saeb: Português (leitura) e Matemática na **rede pública estadual**

Esta subseção focaliza os microdados do Saeb (Prova Brasil e Aneb), distribuídos conforme a divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro e selecionando as instituições de ensino da rede pública **estadual**, que majoritariamente se responsabiliza pelos anos finais do ensino fundamental.

**Tabela 12: Percentual de alunos em nível adequado e proficiência média no 5º e no 9º ano da rede pública estadual. Saeb, Brasil, Região Sudeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2015.**

Localidade	Anos iniciais (5º Ano)				Anos finais (9º Ano)			
	Português		Matemática		Português		Matemática	
	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média
<b>BRASIL</b>	<b>58%</b>	<b>210,13</b>	<b>47%</b>	<b>222,33</b>	<b>30%</b>	<b>247,02</b>	<b>14%</b>	<b>250,53</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>65%</b>	<b>219,06</b>	<b>56%</b>	<b>233,68</b>	<b>33%</b>	<b>248,87</b>	<b>16%</b>	<b>253,08</b>
-Espírito Santo	57%	209,49	41%	217,51	30%	247,84	15%	252,99
-Minas Gerais	66%	220,26	54%	230,66	36%	253,24	19%	258,35
-São Paulo	65%	219,01	59%	236,61	32%	248,51	15%	251,97
- Rio de Janeiro	<b>55%</b>	<b>207,54</b>	<b>40%</b>	<b>217,17</b>	<b>24%</b>	<b>236,44</b>	<b>10%</b>	<b>242,63</b>
<b>Região Metropolitana</b>	<b>56%</b>	<b>207,87</b>	<b>42%</b>	<b>218,72</b>	<b>20%</b>	<b>229,90</b>	<b>7%</b>	<b>236,51</b>
Rio de Janeiro	69%	219,69	54%	231,97	50%	263,09	32%	270,91
Belford Roxo	-	-	-	-	<b>17%</b>	226,61	<b>5%</b>	231,96
Duque de Caxias	-	-	-	-	<b>18%</b>	223,55	<b>6%</b>	233,06
Guapimirim	-	-	-	-	33%	246,32	11%	240,94
Itaboraí	-	-	-	-	<b>18%</b>	226,86	<b>6%</b>	234,19
Itaguaí	-	-	-	-	<b>18%</b>	231,04	<b>4%</b>	233,16
Japeri	-	-	-	-	-	-	-	-
Magé	-	-	-	-	<b>18%</b>	234,24	8%	241,07
Maricá	-	-	-	-	28%	235,29	9%	241,70
Mesquita	-	-	-	-	19%	228,49	8%	236,17
Nilópolis	-	-	-	-	22%	232,78	7%	239,02
Niterói	10%	156,27	5%	169,90	27%	241,32	11%	245,32
Nova Iguaçu	-	-	-	-	20%	230,62	7%	236,17
Paracambi	-	-	-	-	20%	237,23	<b>6%</b>	239,03
Queimados	-	-	-	-	<b>16%</b>	224,70	<b>5%</b>	231,80
São Gonçalo	37%	190,68	24%	198,26	21%	231,09	<b>6%</b>	236,73
São João de Meriti	-	-	-	-	20%	228,13	7%	235,84
Seropédica	-	-	-	-	20%	222,97	<b>6%</b>	228,55
Tanguá	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP - Saeb (Aneb/Prova Brasil), 2015.

A Tabela 12 mostra que considerando os resultados dos alunos da **rede pública estadual do 5º ano fundamental**, os índices do **Estado do Rio de Janeiro no Saeb**, tanto em **Português e em Matemática**, apresentam resultados **inferiores** aos alcançados pelos alunos **na média nacional e na média da Região Sudeste**. Os índices agregados da **Região Metropolitana do Rio** são **ligeiramente maiores que os** encontrados para **o Estado** globalmente.

Ao se considerar, na mesma Tabela 12, os resultados dos alunos da **rede pública estadual do 9º ano do ensino fundamental** em **Português**, 24% dos estudantes fluminenses alcançaram o nível considerado **adequado**, percentual inferior à média nacional (30%) e à do Sudeste (33%). Na **Região Metropolitana**, os piores percentuais de alunos em nível adequado foram registrados em Queimados (16%), Belford Roxo (17%) e Itaboraí, Itaguaí e Magé, com 18% cada um.

Em **Matemática**, tendo em conta ainda os resultados dos alunos da rede **pública estadual do 9º ano do ensino fundamental**, distribuídos na Tabela 12, observa-se que o **Estado do Rio de Janeiro** registra só 10% dos estudantes no nível de aprendizagem **adequado**, o que representa percentual inferior à média nacional (14%) e à do Sudeste (16%). Os municípios que registram os três piores índices de desempenho foram Itaguaí (4%), Belford Roxo e Queimados, com 5% e Duque de Caxias, Itaboraí, Paracambi, São Gonçalo e Seropédica, com 6% cada um.

Na Tabela 13 a seguir, vê-se que, ao se comparar as regiões do Estado do Rio, quanto aos resultados em **Português** dos alunos da **rede pública estadual no 9º ano do ensino fundamental**, a Região Serrana (41%) possui **percentual mais elevado** de alunos considerados em nível adequado. Na referida região, destacam-se os municípios de Sumidouro (47%), Nova Friburgo (46%) e Bom Jardim (45%).

Comparando os alunos do **9º ano do ensino fundamental** em **Matemática**, a Região Noroeste Fluminense (23%) se destaca e, nessa Região, os três melhores percentuais foram verificados em Italva (40%), Santo Antônio de Pádua (34%) e Bom Jesus do Itabapoana (29%).

Mas, em linhas gerais, e comparando-se os índices dos alunos no 5º e no 9º anos do Fundamental das escolas **públicas estaduais**, deve-se ressaltar os **acabrunhantes resultados** quanto à proficiência em **Português** e em **Matemática**, medidos pelo Saeb, tanto plano nacional, no Sudeste e mais ainda no Estado do Rio de Janeiro. Em todos os casos, os em geral baixos índices da Região Sudeste superam os nacionais, e o estado do Rio apresenta os piores índices na Região, inferiores, inclusive, aos nacionais. O destaque negativo comparativamente está nos resultados dos alunos do 9º ano: em Português, apenas 24% dos alunos são proficientes em Português e somente 10% o são em Matemática. Imagine-se o desempenho escolar desses alunos, caso ingressem no ensino médio, nível de ensino cuja responsabilidade está em mãos dos estados.

**Tabela 13: Percentual de alunos em nível adequado e proficiência média no 5º e no 9º ano da rede pública estadual. Saeb, Brasil, Região Sudeste e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, 2015.**

Localidade	Anos iniciais (5º Ano)				Anos finais (9º Ano)			
	Português		Matemática		Português		Matemática	
	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média	Alunos em nível adequado	Proficiência Média
<b>BRASIL</b>	<b>58%</b>	<b>210,13</b>	<b>47%</b>	<b>222,33</b>	<b>30%</b>	<b>247,02</b>	<b>14%</b>	<b>250,53</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>65%</b>	<b>219,06</b>	<b>56%</b>	<b>233,68</b>	<b>33%</b>	<b>248,87</b>	<b>16%</b>	<b>253,08</b>
- Espírito Santo	57%	209,49	41%	217,51	30%	247,84	15%	252,99
- Minas Gerais	66%	220,26	54%	230,66	36%	253,24	19%	258,35
- São Paulo	65%	219,01	59%	236,61	32%	248,51	15%	251,97
- Rio de Janeiro	<b>55%</b>	<b>207,54</b>	<b>40%</b>	<b>217,17</b>	<b>24%</b>	<b>236,44</b>	<b>10%</b>	<b>242,63</b>
Região Metropolitana	56%	207,87	42%	218,72	20%	229,90	7%	236,51
Região Noroeste Fluminense	-	-	-	-	38%	256,48	<b>23%</b>	263,47
Região Norte Fluminense	56%	209,91	35%	215,99	27%	241,44	11%	246,78
Região Serrana	-	-	-	-	<b>41%</b>	259,54	22%	263,80
Região das Baixadas Litorâneas	-	-	-	-	27%	235,90	11%	241,74
Região do Médio Paraíba	-	-	-	-	36%	253,50	17%	257,83
Região Centro-Sul Fluminense	-	-	-	-	30%	247,99	15%	252,70
Região da Costa Verde	-	-	-	-	27%	239,61	13%	248,41

Fonte: INEP - Saeb (Aneb/Prova Brasil), 2015

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Com o objetivo de monitorar dados e informações de modo sistêmico no Estado do Rio de Janeiro, com foco na educação como estratégia para a mitigação sustentável da violência, o OLERJ representa iniciativa oportuna e relevante. O espaço destinado a discutir políticas públicas educacionais, cerne tanto da 1ª quanto da 2ª Reunião do OLERJ, esta ocorrida na cidade de Barra Mansa/RJ, evidencia o viés intersetorial do Observatório.

Este Estudo aponta que o Estado do Rio de Janeiro possui matrículas em tempo integral, no ensino fundamental, em percentual superior à média nacional, e a infraestrutura escolar, limitada, aqui, ao exame de apenas alguns recursos educacionais, revela que as escolas fluminenses também estão em situação relativamente superior à da média nacional, mesmo que o parâmetro brasileiro, em termos de infraestrutura educacional seja ainda próximo do deplorável, conforme demonstra a Tabela 2.

Entretanto, as avaliações realizadas no âmbito da **ANA** e do **Saeb** evidenciam níveis de aprendizagem das crianças fluminenses muito preocupantes. No 3º ano do ensino fundamental, etapa que marca o prazo máximo estabelecido pelo PNE para que os estudantes estejam alfabetizados, 59,76% (6 em cada 10) dos estudantes do Estado do Rio de Janeiro possuem **proficiência insuficiente em leitura**, indicativo de problemas no desempenho escolar nos anos seguintes, fator com alta repercussão na evasão escolar.

Os resultados do **Saeb** indicam problemas claros de aprendizagem em anos escolares cruciais: **o 5º e o 9º anos** do ensino fundamental, dado o histórico aumento de evasão escolar ao final desses anos. Em Matemática, só 39% dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental da rede municipal do Estado do Rio de Janeiro demonstram ter proficiência adequada. No 9º ano do ensino fundamental, apenas 15% dos estudantes da rede pública municipal apresentam índices reputados como adequados.

As deficiências de aprendizagem podem explicar o baixo acesso ao ensino médio e é provável que se relacionem com o elevado índice de assassinato de jovens entre 15 e 19 anos de idade no Estado do Rio de Janeiro.

2018-3055